Ensaio para uma melhor receptividade à iminente deflação

Por Luciano Costa Pereira e Silva

Um dos maiores perigos para a economia parece estar ao virar da esquina. Habituados a viver num mundo de matriz inflacionária, as ameaças de deflação são cada vez mais reais. Estarão os governos, cidadãos e empresas aptos a lidar com tal cenário?

Luciano Costa Pereira e Silva
TOC n.º 13 581

Thus inflation is unjust and deflation is inexpedient. Of the two perhaps deflation is . . . the worse; because it is worse, in an impoverished world, to provoke unemployment than to disappoint the rentier.

John Maynard Keynes (1923)

A evolução recente da economia mundial, designadamente a redução das taxas de juro de referência, do petróleo e das *commodities* em geral criou condições para o surgimento de uma situação deflacionária.

Os vários governos aparentam crer que a situação é conjuntural e financeira, não adoptando quaisquer medidas para informar da eventualidade da crise não ser estruturalmente de recessão.

O Japão teve já em 2003 uma situação semelhante que apenas foi sanada pelo tempo, não sem que tivessem tentado resolvê-la financeiramente adoptando uma taxa de juro próxima do zero, sendo que a deflação chegou a estar muito próxima dos -0,3 por cento.

Por outro lado, a globalização da informação e logística possibilita que este fenómeno tenha repercussão mundial, sendo que o impacto nos países será maior ou menor conforme tenham ou não abertura ao exterior.

O fenómeno actual é global e tem alguma similaridade com a crise dos países prósperos de 1929/32, com a agravante de agora as comunicações serem *online*.

Os economistas, como bons gestores prospectivos a nível estatístico e óptimos justificadores das crises *a posteriori,* estão a esquecer esta situação mundial tomando «Juno pela nuvem».

Convictamente, creio que a crise que se aproxima, porque apesar de não parecer a deflação é sintoma de crise (axioma *keynesiano*) que considero na prática, como seja o reposicionamento temporal dos lucros obtidos em anos anteriores.

Concretizando, a experiência da vivência mundial até aqui é de matriz inflacionária, sendo que o estudo da deflação reveste-se de cariz quase exclusivamente académico.

Vamos evidenciar alguns dos condicionalismos actuais.

Clima

Sistema financeiro - Desde finais de 2007 que as acções das instituições bancárias cotadas em bolsa têm vindo a perder valor.

O fenómeno criado está intimamente ligado à existência de grupos de pressão, desconhecendo-se as motivações.

As instituições financeiras sempre adoptaram um sistema de "Tio Patinhas", ou seja, só concedem boas condições a que tem dinheiro. Logo, travam o investimento, impossibilitam a criação de riqueza, condicionam os seus próprios lucros, criam um sistema fechado «de pescadinha de rabo na boca». Esconderam os maus negócios recentes em fachadas apelidadas de «fundos imobiliários de investimento», em vez de renegociarem os empréstimos com os promotores imobiliários.

São as classes médias e baixas que suportam a cobertura dos custos fixos das instituições bancárias, mediante a criação e institucionalização de uma panóplia de «comissões e despesas» que, mesmo depois da conta estar a zeros, persistem em sobreviver.

Certo que os empréstimos hipotecários, como actualmente os concebemos, a menos que a relação empréstimo/valor do bem seja próximo dos 50 por cento, não deverão ser promovidos. Todavia, a estagnação impede a economia de crescer.

O sistema está à procura de liquidez, quando o que deverá fazer é estancar a actividade, ou seja, terminar com a maioria dos empréstimos em curso, acertar os montantes das contas correntes para a verba utilizada, etc., conseguindo assim uma melhoria na rentabilidade dos capitais próprios, diminuindo o risco do negócio e baixando os seus custos de capital a montante.
A liquidez obtida com esta operação deverá ser encaminhada no financiamento de novas empresas que possam garantir o encaixe futuro do empréstimo, ou seja, em que a garantia seja, no mínimo, o dobro do empréstimo.
Constata-se que a banca só remunera os seus gestores de topo e os capitalistas especuladores que dada a sua capacidade financeira negoceiam juros chorudos nas aplicações de capital sem qualquer risco, sendo que os accionistas têm direito apenas a um valor residual.
Por esse facto, o investidor médio da bolsa preocupa-se apenas com eventuais mais-valias, desprezando o valor dos dividendos.
Certo é também que a actual volatilidade dos mercados impede a manutenção de determinados títulos, sob a óptica do rendimento.
Sistema empresarial – A maioria das empresas nacionais produtivas está exangue. O tecido empresarial nacional é fraco, porque não faz prospecção de mercado, não se adapta às novas tecnologias, não desiste quando deve pensar em salvar a face, anseia por economia paralela, tem como base uma estrutura familiar, subsiste à base de economias de escala familiares, ambiciona apenas satisfazer as necessidades mais prementes, abdicando do crescimento…
A retirada de barreiras à entrada de mercadorias na UE veio impossibilitar às empresas existentes concorrerem pelo preço com os produtos importados, tanto no aspecto económico, porque os custos base de importação são assaz inferiores em virtude dos custos de produção serem inferiores, como financeiro, dado que as aquisições no país terão de ser forçosamente oneradas com o IVA, seguindo depois as regras do reembolso e/ou das compensações.
Actualmente, não existem empresas produtivas de capital intensivo. A oferta de emprego resume-se à distribuição e sua logística, funcionalismo público e serviços nas áreas da banca e dos seguros.
Subsistem apenas pequenos nichos de mercado na área das tecnologias e pequenas empresas locais de apoio à construção automóvel (cablagens e moldes).
A falta de estratégia nacional que coloque o País com vantagem competitiva em sectores que possam considerar-se estratégicos, faz com que possamos ser dos primeiros a sentir o efeito da deflação.
As pessoas físicas – A classe média actual luta com uma série de vicissitudes, impostas pelo facilitismo até agora vigente, ou seja, tem um empréstimo habitacional que lhe "absorve" cerca de 40 por cento do rendimento disponível, tem rendimentos médios interessantes resultantes do «trabalho extraordinário», que agora está a diminuir, logo a percentagem do reflexo no pagamento do empréstimo vai aumentar, tem um emprego precário na crença de que se manterá *ad eternum*, tem costumes aburguesados, com jantares e saídas à noite, não possui quaisquer hábitos de aforro.
À excepção do emprego no funcionalismo público, que para já é para «toda a vida», mau grado o grande nível de emprego na distribuição que é quase sempre "precário", neste momento não existem empregos *a priori* duradouros e estáveis, havendo um sem número de casos de empresas antes estáveis que se encontram encerradas.
Também os sucessivos governos, com a mudança sistemática de políticas fiscais a nível de IRS têm ajudado a classe média a ficar cada vez mais insolvente. Vejamos: transferiu grande parte das deduções em sede de IRS, designadamente isenção de IMI e deduções à colecta, dando-lhe o cunho de benefício fiscal.
Ora, se o contribuinte não pagar o IRS é-lhe retirada parte das deduções e corrigido o IRS e o IMI terá de ser pago porque, contrariamente a antes de 2003, encontra-se agora considerado como benefício fiscal.
Conclui-se assim que, a nível do emprego, a conjuntura é muito desfavorável.
A administração fiscal – O nível de informatização dos serviços tributários atingiu uma automatização e precisão nunca imaginadas.
Este nível foi obtido com o apoio dos TOC e, mais recentemente, de outros profissionais, designadamente notários, que lidam quotidianamente com os impostos.
A alteração processou-se gradualmente, com imposições da AF a nível tecnológico que os profissionais, representantes dos contribuintes, se esforçaram por responder adequadamente, não obstante o grande esforço feito a nível de investimento, *know how* e comunicações.
Hoje, a maior parte dos impostos são autoliquidados e os contactos com o fisco são feitos via Internet.

Ou seja, logo que o prazo de obrigação determinada esteja ultrapassado, a administração fiscal tem meios para imediatamente registar o incumprimento.
Na minha perspectiva, a administração fiscal abusa das ferramentas que tem, designadamente no facto de no dia seguinte ao último dia do prazo de pagamento haver já lugar a juros, que podem considerar-se correctos, já o mesmo não se poderá aceitar no débito de custas de processo virtuais.
Também as pessoas têm vindo a ser violentadas nos direitos adquiridos, designadamente os senhorios. Quando um Governo entendeu que os pagamentos de IMI dos arrendados deveria ser considerado como despesa e não como «pagamento por conta de IRS» e outro sucessivo entendeu considerar enquadrar nos benefícios fiscais despesas até então inquestionavelmente dedutíveis, mas agora condicionadas à inexistência de dívidas fiscais.
Este clima persecutório, complementado com notícias de «negócios políticos» na área da alta finança, só serve para agravar o mal-estar empresarial e de emprego.

Consequências para o futuro

Baixa de preços - Apesar do Comissário Europeu dos Assuntos Económicos e Monetários, Joaquín Almunia, quando questionado, se ter demarcado da possibilidade da existência a curto prazo de uma situação deflacionária, o certo é que tal cenário é cada vez mais provável.
Aliás, a baixa generalizada dos preços das *commodities*, que se tem feito sentir nos últimos tempos, caracteriza essa possibilidade.

A sociedade global, a aposta da China nos mercados ocidentais e a falta de cartelização dos preços tem como consequência um excesso de oferta, pela ausência de mecanismos de controlo de quantidades produzidas e/ou oferecidas.
A baixa recente do custo do petróleo e os investimentos feitos nas energias alternativas veio diminuir a procura daquele, diminuindo o seu preço e colocando as energias alternativas muito dispendiosas, sendo a diferença marginal suportada, ou seja, o «custo ecológico», demasiado elevado.
Taxa de juro – A redução das taxas de juro vai fazer com que as empresas de capital intensivo tenham custos de capital assaz mais baixos, obtendo custos de produção menores, baixando os preços a curto prazo e obtendo melhores *performances* de concorrência.
A conjuntura irá beneficiar as grandes empresas industriais pela optimização da produção e distribuição, gerando, por consequência, desemprego nas suas zonas de influência.
Mercados emergentes – A juntar a todos estes factores poderemos equacionar a capacidade potencial produtiva nos países africanos agora politicamente estáveis, com oferta de produtos nos mercados internacionais, ao mesmo tempo que reduz a procura nos mesmos mercados. De relembrar que algumas das matérias-primas importantes na área dos minérios e da alimentação foram em tempos a base da sua exportação.
Também a entrada de mercadorias provenientes da China no mercado ocidental vai criar oscilações importantes nos mercados.
A médio prazo, a pacificação dos países africanos irá proporcionar oferta de serviços na

área do turismo, concorrendo com o mercado nacional.

Adaptação a situação deflacionária

A abordagem abaixo descrita é, essencialmente, académica.

Instituições financeiras – Criação de uma superestrutura de controlo, porque a formação da taxa de juro tenderá para zero, quiçá negativa.

Fixação de prazo para depósitos de todo o dinheiro existente.

Fixação de uma data a partir da qual a moeda em efectivo passará a deter menor valor.

Elaboração de tabela semanal de desvalorização da moeda a partir da data atrás fixada e que servirá para indexar no tempo o papel-moeda aos preços dos produtos.

A remuneração do capital (taxa de juro) tem como finalidade a reposição, no futuro, do poder de compra. Ora, numa perspectiva deflacionária, a valor nominal futuro é inferior ao actual, logo os bancos periodicamente deverão remunerar os depósitos negativamente, mas de forma menos negativa que o valor da desvalorização do papel-moeda atrás referido.

O Estado ficará limitado na sua capacidade de penhora dos depósitos.

Haverá o risco da proliferação da troca directa.

A diminuição substancial do papel-moeda em circulação irá proporcionar a diminuição da economia paralela porque em qualquer altura se poderão evidenciar os circuitos de proveniência e destino dos pagamentos.

Sistema empresarial – O nosso tecido empresarial é fraco e, face a esta ameaça, tenderá a desaparecer ainda mais.

É necessário ter em conta que numa fase deflacionária haverá maior necessidade de racionalização das compras de mercadorias e matérias-primas, sendo o aprovisionamento um vector essencial.

Também as quantidades produzidas deverão aproximar-se o mais possível das procuradas a fim de evitar os custos pela desvalorização dos *stocks*.

Deverão ser efectuados esforços no sentido das empresas adquirirem produções em bruto e procederem ao acabamento/embalagem no território nacional.

De relevar que a deflação cria um clima empresarial negativo. Porque razão se opta por produzir hoje bens que, no futuro, serão mais baratos? Assim, o empresário vai ter tendência a esperar por uma situação de reversão da deflação para produzir, ou então suspende a produção ou, eventualmente, desiste de produzir.

Logo, fomenta o desemprego, a pobreza, os conflitos sociais e agrava os problemas sociais nacionais por abaixamento no encaixe dos impostos.

Convivência da população com o fenómeno – Este fenómeno vai obrigar as pessoas a adaptarem-se a uma realidade mais exigente e que ultrapassa a actual maneira de pensar.

Assim, os sindicatos irão discutir com o patronato o menor abaixamento salarial possível dos salários.

Periodicamente, o valor a receber pelas pessoas será o resultante da aplicação da tabela aos salários líquidos.

As entidades governamentais têm vindo a adoptar medidas profiláticas em termos de consumo privado:

– Fomentam o consumo dos produtos "verdes", ou seja, de produtos naturais produzidos sem a utilização de pesticidas e químicos;

– *Idem*, no capítulo da produção de energia, com um enorme elenco de energias alternativas;

– Há, inclusive, alguns ex-governantes com importantes responsabilidades, como Al Gore que, apesar de enquanto governante nunca se ter importado com o ambiente, faz uma cruzada a favor do mesmo;

– Fomenta-se a reciclagem de todos os produtos, esquecendo que as embalagens são perfeitamente dispensáveis num consumo racional;

– Não se deverá fomentar a reciclagem, mas sim a eliminação dos produtos ou embalagens que serão encaminhados para a reciclagem…;

– Porque não repristinar o uso das embalagens reutilizáveis, como as garrafas de azeite e/ou óleo, as sacas de pano para o arroz, açúcar, batatas, feijão, etc.?.

Apesar destas sugestões parecerem provocar ainda mais deflação, poderão ter reflexos benéficos em termos individuais, porque o rendimento disponível das famílias poderá ser incrementado.

Não obstante os defensores do «meio ambiente» aparentarem assegurar o futuro da humanidade, apesar de entender que a justificação de que a Terra só será inabitável, a manterem-se as actuais agressões, daqui a milhões de anos, é seguro que a raça humana evolui de encontro ao meio ambiente. Os cidadãos, quando confrontados com esta nova realidade, terão de adaptar a sua vivência à situação. ■

(Texto recebido pela CTOC em Dezembro de 2008)